



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO

O presente instrumento foi elaborado como ferramenta de planejamento da futura Contratação de empresa para fornecimento de refeições (marmita) para atender a demanda da Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos.

Com a nova Lei de Licitações o ETP passou a ser um instrumento imprescindível e integrante da fase interna de planejamento, que serve, essencialmente, para assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida, propiciando eficiência e economicidade na gestão dos recursos públicos, posto que a realização de estudos previamente delineados por vezes conduz o agente público ao conhecimento de novas metodologias ofertadas pelo mercado.

Este estudo servirá como parâmetro para as contratações formalizadas pela Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)

Se faz necessária a aquisição de marmitas, objetivando o fornecimento de alimentação aos servidores, no período de almoço, que estão em serviços de manutenção das estradas municipais vicinais de responsabilidade do município e aos apenados, conforme convenio entre o Município e o DEPEN.

O fornecimento de alimentação é devida aos servidores que estejam em no interior, ou em atividades cujo deslocamento torna-se inviável em razão dos custos e tempo disponível para almoço e por não ter instalações adequadas para a preparação de alimentos ou serviços de restaurante, visando garantir refeição digna aos mesmos.

2. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)

A presente aquisição encontra-se alinhada com o PAC 2024 e poderá ser confirmada conforme publicação extraída da publicação disponível no site do Município.

Categoria do Item	Identificador da Futura Contratação	Nome da Futura Contratação	Catálogo Utilizado	Classificação do Catálogo	Código da Classificação Superior (Classe/Grupo)	Nome da Classificação Superior (Classe/Grupo)	Código do PDM do Item	Nome do PDM do Item	Código do Item	Descrição do Item	Quantidade Estimada	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
987541	1354	Serviço	987541-26/2024	Aquisição de refeições (marmita) para servidores da Secretaria de Desenvolvimento Rural	CNBS (Catálogo Nacional de Bens e Serviços)	Serviço	632	SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE COMIDA	3697	FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES / LANCHES / SALGADOS / DOCES	15000	14,85	222750

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

As marmitas deverão vir acondicionadas em embalagem nova, em ambiente limpo livre de qualquer tipo de contaminação, os sucos deverão vir embalados na embalagem original do fabricante do suco. Obs.: o Município aceitará embalagem com volume maior do que o solicitado desde que pelo mesmo valor.

Os produtos desta contratação deverão atender a normas de qualidade e boas práticas de higiene, recomendadas pela Vigilância Sanitária para empresas do ramo pertinente. A proponente contratada deverá apresentar Alvará de Funcionamento e



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Licença de Funcionamento expedido pela Autoridade Sanitária competente em plena validade.

4 ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)

A estimativa de quantidade foi baseada em consumo do próprio ente em ano/exercícios do ano corrente e anteriores. É importante discorrer sobre a impossibilidade de cravar o quantitativo exato necessária para suprir a demanda em virtude de tratar de fornecimento perene, mas pela necessidade de fornecimento com demanda incerta. Devemos considerar o fornecimento quando a equipe estiver deslocada em comunidade do interior, e que o transporte de toda a equipe para a sede do Município acarretaria em um enorme desperdício do tempo e custos desnecessário para fazer o deslocamento dos servidores.

Estima-se que haverá necessidade de 16000 marmitas e que serão suficientes para o período de doze meses.

5 LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)

Para suprir a necessidade, não se vislumbra outra alternativa viável do que a aquisição através de fornecimento de marmitas por empresa privada. Para suprir a necessidade de entrega de marmitas aos servidores e apenados (convênio entre o Município e o DEPEN), há algumas formas disponíveis no mercado, sendo por aquisição através de restaurantes e lanchonetes, empresas de marmitas e pela confecção pelo próprio Município. Em razão do Município não possuir infraestrutura e nem mão de obra especializada para a confecção das marmitas, a alternativa mais viável e econômica é pela aquisição através de fornecimento de marmitas por empresa privada.

Os produtos que serão adquiridos obedecendo as normatizações, da Vigilância Sanitária.

6 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021)

O valor estimado para a presente contratação é de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), foi considerado a previsão da demanda de 1.6000 marmitas e baseado no preço médio das duas últimas contratação do próprio ente para a Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos.

7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)

Considerando a inviabilidade para que a alimentação seja preparada pelo Município, a solução mais adequada é aquisição do produto pronto fornecido por empresa do ramo.



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

8 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)

O objetivo deste estudo consiste em viabilizar a aquisição/compra de marmitas. Contudo a aquisição será de forma parcelada, considerando uma média diária de 76 marmitas, vez que o fracionamento se deve em virtude das características do objeto e não acarretaria um aumento global no custo do objeto. Como regra geral, exige-se o parcelamento do objeto sempre que isso se mostre técnica e economicamente viável. A esse respeito, o Tribunal de Contas da União editou a Súmula n. 2472.

Neste caso o item/lote terá seu fornecimento em cotas, tendo em vista a obrigatoriedade imposta pela Lei Complementar nº 123/2006, reservando o fornecimento de 25% do objeto licitado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, objetivando fomentar as empresas que estejam sob estes enquadramentos, com preferência de compra para esta cota reservada.

9 DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)

O planejamento das atividades de manutenção é a base para a efetiva operacionalização das atividades de atendimento e recuperação vias utilizadas pelos municípios. O planejamento consiste em um conjunto de regras e procedimentos que visam dirigir as ações de forma a garantir a priorização e execução das manutenções e a previsibilidade dos recursos necessários para as suas ações e confiabilidade dos serviços prestados aos municípios.

O fornecimento de alimentação aos servidores em serviços de manutenção das estradas municipais vicinais que são de responsabilidade do município, buscando a trafegabilidade das mesmas pelos usuários. Justifica-se considerando o tempo útil aproveitado quando não se faz o deslocamento de toda a equipe do interior até a sede da secretaria.

10 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Deonir Caldato
Fiscal Administrativo:	Clésio Fidencio
Fiscal de Recebimento/Execução:	Olisses de Lima Bueno
Suplentes:	Alceni de Oliveira

11 CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Não.



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)

Entre diversas atividades, o setor de fornecimento de alimentação tipo fornecimento de marmitas, pode gerar diversos impactos ambientais, tanto diretos quanto indiretos;

Podemos citar exemplos como: muitas vezes as marmitas são embaladas em recipientes de plásticos e/ou isopor, que são descartados após o consumo. Isso contribui para o aumento do volume de resíduos sólidos e pode levar à poluição do meio ambiente, especialmente se as embalagens não forem corretamente descartadas.

Para mitigar estes impactos algumas medidas podem ser adotadas: Utilização de embalagens sustentáveis, como recipientes biodegradáveis ou utensílios de materiais reciclados. A otimização das rotas de entrega para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e consumo de combustíveis.

A contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o ART. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o ART. 3º da LEI N.º 8.666/93 e com o ART. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG n.º 01, de 19 de janeiro de 2010.;

13. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)

O presente ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - (ETP), em harmonia com o disposto na legislação vigente, considerando a análise das alternativas de atendimento das necessidades elencadas e os demais aspectos normativos, conclui pela VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO, uma vez considerados os seus potenciais benefícios em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade, em complemento, os requisitos listados atendem adequadamente às demandas formuladas, os custos previstos são compatíveis e os riscos identificados são administráveis.

14. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

Não se aplica, pois, devido ao objeto da contratação não é possível adquirir em grande escala por ser gênero perecível.

15. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

Modalidade de licitação: Pregão SRP.

Critério de julgamento: menor preço;

Modo de disputa: I - aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes.



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

16. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio; (

Não se aplica

17. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Documento em anexo

18. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o Art. 24 da Lei 14133/2021. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

Não se aplica sigilo a este processo por entender que as divulgações das informações não trarão prejuízos a administração.

Dois Vizinhos, 15 de abril de 2024.

DEONIR CALDATO
Gestor

OLISSES DE LIMA BUENO
Fiscal de recebimento/Execução

CLÉSIO FIDENCIO
Fiscal Administrativo

ALCENI DE OLIVEIRA
Suplente



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: AF07-C3C1-3C8A-BB2A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



DEONIR CALDATO (CPF 431.XXX.XXX-68) em 24/05/2024 07:23:05 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/AF07-C3C1-3C8A-BB2A>